

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS DE TRABALHADORES DO SOTAVENTO DO ALGARVE

O estudo geográfico de muitas regiões recorda-nos ou revela-nos a existência de migrações de trabalhadores rurais, sempre rítmicas e dilatando-se por espaços regionais ou distantes, por vezes também estrangeiros e, neste caso, nem sempre separados por uma única fronteira. Citem-se, por exemplo, os ceifeiros do Alentejo, recrutados nas Beiras ou na Serra Algarvia, e as rogas de Trás-os-Montes, uns e outras internando-se não raras vezes em Espanha; ou os trabalhadores italianos e espanhóis que asseguram a vindima no Baixo Languedoc e a repicagem do arroz na Camargue; do mesmo tipo eram ainda as migrações de jornaleiros belgas para a colheita da beterraba na Bacia Parisiense.

Na sua génese intervêm os *desequilíbrios das densidades demográficas* agrícolas definidas sob o ponto de vista técnico, ou seja, a existência de mercados de mão-de-obra caracterizados temporariamente por uma procura superior à oferta, mas mercados que tendem a atrofiar-se pela busca de uma maior produtividade através da mecanização, sempre que o recrutamento dos trabalhadores sazonais se torna difícil e o seu custo se impõe como variável de crescimento acelerado na contabilidade das explorações.

A amplitude destas migrações explica-se ainda pela *estagnação económica das áreas de domicílio habitual*, que se traduz na incapacidade de absorção real da população potencialmente activa e, conseqüentemente, numa distribuição de salários inferior às exigências mínimas dessa população, que não hesita em partir por alguns meses, conduzindo uma

vida errante, de exploração em exploração ou de propriedade em propriedade, ao sabor das jornadas e das oportunidades de contrato.

Quando elas solidarizam espaços distantes e populações de diferente nacionalidade, são sempre organizadas em ranchos e motivadas fortemente pelos *câmbios*, sobretudo quando a cadeia dessa organização compreende um elo localizado num centro urbano vizinho da fronteira, onde são possíveis *câmbios* particulares superiores aos oficiais se a conjuntura económica é favorável às compras para contrabando no país de convergência daqueles trabalhadores, o que permite elevar os salários, quase sempre já superiores ao nível médio dos locais.

Há cerca de quinze anos, e certamente desde o fomento dado à cultura do trigo pela lei dos cereais do fim do século XIX, *partiam do Algarve rural para o Alentejo grupos numerosos de ceifeiros*. O concelho de Loulé oferecia largo contributo demográfico às ceifas dos de Almodôvar, Aljustrel e Beja, mas tanto da sua área de Serra como da de Barrocal migravam também, nos primeiros meses de Verão, muitos trabalhadores rurais com destino às regiões cerealíferas da Andaluzia. *Vila Real teve um lazareto* na segunda metade do século XIX, *cujas estreias foi feita*, na década de 60, *por cerca de 600 portugueses retornados das ceifas de Espanha*. Alguns seriam da região de Loulé, mas em todas as aldeias próximas da fronteira, como no Azinhal, em Almada de Ouro, em Odeleite ou em Guerreiros do Rio, vivia uma população habituada a trabalhar nas maiores explorações do campo de Vila Branca e de Vila Nova dos Castellejos, para além do Guadiana.

Não apenas as ceifas, mas também a cultura do arroz e o corte da palma e do esparto, no Sul de Espanha, eram feitos em grande parte por trabalhadores algarvios, recrutados entre as populações rurais mais pobres. A fixação de espanhóis, tanto em Vila Real como em Loulé, durante a segunda metade do século XIX, e o êxito que alcançaram no comércio entre os dois países peninsulares facilitaram o estabelecimento de contratos de trabalho, a organização dos ranchos migratórios e os pagamentos. Loulé mantém ainda bem vivo o artesanato de obras de palma e de esparto, rústicas

e requintadas, e da região partiam para Espanha, há menos de vinte anos, alguns trabalhadores, com destino ao corte daquelas matérias-primas que, em parte, seriam meses depois manufacturadas nos lares dos mesmos emigrantes.

Todavia o Sotavento algarvio ⁽¹⁾ *foi ainda afectado*, pelo menos desde os fins do século XVIII, *por outras migrações sazonais de trabalhadores, cuja originalidade reside no facto de envolverem pescadores e operários conserveiros e de se ligarem a várias regiões estrangeiras*. A elevada e já antiga densidade demográfica da área oriental da província, mais precisamente da que corresponde aos terrenos da orla sedimentar, que se estreita de Tavira a Castro Marim, e a dimensão dos núcleos piscatórios do seu litoral precisam de ser compreendidas não apenas em relação com o dinamismo das actividades económicas locais, mas também em paralelo com o horizonte de trabalho da população. Com efeito, o Guadiana materializou uma fronteira política, mas não separou as populações de um e outro lado, cujas relações, afrouxadas nos momentos mais difíceis da vida político-económica interna das duas nações vizinhas, persistiram sob formas diversas — laços de família ou de amizade, outros de negócio, outros ainda de trabalho. O mar não é um limite, mas um sector da paisagem humana cujo raio foi crescendo ao mesmo tempo que as técnicas de pesca se modernizaram. Já neste século, a criação de pólos da indústria de conservas de atum nas costas de Marrocos, sobretudo a partir da primeira guerra mundial, quando se dilatou o mercado de produtos alimentares não deterioráveis e se afirmou o domínio europeu no Norte de África, desencadeou fluxos volumosos de trabalhadores do Sotavento, convergindo para esses novos centros conserveiros e atraídos pelas possibilidades de ganhos e pelo nível dos salários.

Estas novas migrações representam um simples prolongamento de contactos económicos antigos. A posição da

⁽¹⁾ Opomos o Sotavento ao Centro e ao Barlavento, áreas do Algarve distintas climaticamente e separadas pelos meridianos de Lagos e do Monte de S. Miguel. No Barlavento domina a nortada, enquanto no Sotavento os ventos do terceiro quadrante são igualmente importantes. O Centro constitui uma região de transição.

provincia, quase em frente de Marrocos, favoreceu o desenvolvimento de trocas comerciais naquela direcção, anteriores à conquista dos domínios portugueses e que persistiram após a perda dos mesmos. O «Mediterrâneo atlântico» era sulcado por embarcações do Algarve que, em parte, asseguravam o abastecimento da provincia de trigo proveniente de Castela, da Sicília, das Ilhas (Açores) e do Magreb (século XVI). Além disso, no século XVI, as costas africanas, desde a foz dos rios Larache e Mamora até ao Cabo Branco, são frequentadas por muitos barcos de pescadores algarvios. ROMERO MAGALHÃES refere várias notícias da pesca de pescadas feita por estes nas costas do Rio do Ouro e no Cabo Bojador, durante a segunda metade do mesmo século. Os lucros justificavam as deslocações, não obstante «pagarmos aos mouros por nos deixarem pesquisar em sua terra sete ou oito cruzados a fora camizas e fiquo e passa o vinho»⁽²⁾, e representavam interesses volumosos para o Rei, o duque de Bragança e o cardeal-infante; são produto da importância dos principais mercados de consumo — Lisboa e Sevilha, cidades que cresciam demograficamente e se enriqueciam com o comércio marítimo colonial.

Estes contactos, essencialmente comerciais ou apoiados na pesca, ligaram as populações da margem peninsular do Mediterrâneo atlântico e das costas do Norte de África até aos nossos dias. Ainda em 1969 dezenas de traineiras dos portos do Algarve pescavam biqueirão nas águas territoriais marroquinas. Dois séculos antes, a pesca no mar de Larache constituía a principal actividade económica de duas aglomerações de marítimos do Sotavento, novas mas independentes das armações de atum: Olhão, nos meados do século XVIII, pequeno aglomerado de cabanas de palha onde residiam as famílias dos pescadores quase sempre ausentes (em 1758, 787 fogos), e a Fuzeta, com semelhante composição social e

(2) J. ANTERO ROMERO MAGALHÃES, *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*, dissertação de licenciatura em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, 1967. As relações com a Andaluzia eram intensas: dominando o comércio da prata do México, a população urbana desta provincia espanhola tinha um grande poder de compra de peixe, gado, cera, esparto... que eram fornecidos pelo Algarve.

fisionomia [109 fogos⁽³⁾ na mesma data]. Trinta anos depois (1790), muitas cabanas tinham dado lugar a casas de adobe, sem que a progressiva transformação alterasse a sua estrutura: ruas estreitas e não alinhadas, por vezes bastante sinuosas, e parcelamento excessivo do espaço construído, onde todo o desafogo se conquistaria somente pela edificação de varandas e mirantes, fugindo-se assim à promiscuidade das múltiplas travessas e becos. A rapidez da evolução das duas aldeias testemunha a rentabilidade dessa pesca distante.

Nos fins do século XVIII⁽⁴⁾, LACERDA LOBO refere a saída estacional, para Espanha, de pescadores algarvios, saída que o jogo dos impostos sobre o pescado transformara em emigração temporária, tornada não raras vezes definitiva. A política do Marquês de Pombal respeitante à pesca da sardinha em Monte Gordo, dominada por pescadores e negociantes espanhóis, muitos deles da Catalunha, ao procurar convertê-la em riqueza nacional pelo pagamento dos direitos «de matança» e de exportação conduziu à sua decadência. As várias companhias constituídas para o exercício desta actividade, por várias razões, não tiveram êxito. Pela oposição de interesses entre Espanha e Portugal, à isenção de direitos pelo Governo Português da exportação de sardinha salgada e ao aumento dos de exportação de peixe fresco e de importação de salgado que, com proveniência da Galiza, abastecia os mercados do Minho e de Trás-os-Montes, correspondeu, por várias vezes, o aumento das dificuldades alfandegárias impostas pelo país vizinho. Dado que os mercados mais frequentados pelos pescadores algarvios eram os do Sul de Espanha e do Levante, onde os impostos de entrada tornaram proibitiva a venda do peixe salgado (em 1782, de 16 pesos por pipa de cerca de 20 milheiros e, poucos anos antes, de 5 ou 6, excedendo não raras vezes aqueles o preço de compra em Portugal) e os de saída de Portugal a do peixe fresco, melhor seria migrar para Aiamonte, Figueirita e mesmo Huelva. A matrícula nestes portos, vencendo as oposições das

(3) Memórias Paroquiais, de 1758. Arquivo da Torre do Tombo.

(4) C. B. DE LACERDA LOBO, «Sobre o Estado das Pescarias da Costa do Algarve no ano de 1790», *Memórias Económicas da Academia das Ciências*, vol. V.

alfândegas, permitia que o produto do trabalho dos pescadores tivesse colocação rentável, factor de primordial importância quando os lucros das companhias são proporcionais ao produto líquido, quer as relações de produção se traduzam em parceria (5) ou os meios de pesca (capital fixo e circulante) sejam propriedade colectiva das mesmas. Aquele autor (6) diz-nos ainda que, em 1783, fugiram para as costas do Sul de Espanha mais de 800 pescadores portugueses e que em 1790 trabalhavam nas xávegas de Aiamonte, de S. Lúcar de Barrameda e de Puerto de Santa Maria cerca de 2500. Referindo-se a Olhão, aponta que neste ano muitos barcos de pesca ficaram sobre a areia por falta de braços, pois «em poucos anos tinham deixado os seus lares mais de 800 pescadores», com destino ao Sul de Espanha (7). O fracasso das empresas de pesca que, umas com entusiasmo e outras com reservas, apoiaram inicialmente a criação de Vila Real conduziu a população trabalhadora, residente na nova vila e em Castro Marim, a aceitar contratos de trabalho junto dos antigos empresários, então residentes na Isla Cristina, possibilidade única de angariar alguns ganhos. Marítimos e manipuladoras de peixe iam e vinham diariamente, nos pequenos botes, mas o tempo e o incómodo das viagens não tardaram a torná-las semanais, depois estacionais e não raras vezes também definitivas.

Nos meados do século XIX, o movimento periódico de mão-de-obra continua a animar o Guadiana, não obstante a indústria regional da pesca da sardinha e do atum conhecer um acentuado desenvolvimento e a lota e a indústria de salga de Vila Real serem as mais dinâmicas da província, facto aliás resultante da proximidade dos mercados e da residência dos grandes negociantes espanhóis. O capitão do porto, numa carta datada de 1868, descreve claramente a situação de dependência económica directa de Vila Real da indústria piscatória, limitada quase só à pesca da sardinha com artes de xávega,

(5) As artes — barcos, redes e aparelhos — pertencem a proprietários absentistas, rurais ou urbanos.

(6) C. DE LACERDA LOBO, «Sobre a decadência da Pescaria de Monte Gordo», *Memórias Económicas da Academia das Ciências*, vol. VII.

(7) *Idem*, «Sobre o Estado das Pescarias da Costa do Algarve no ano de 1790», *Memórias Económicas da Academia das Ciências*, vol. V.

que se fazia de Julho a Janeiro, quando aquele peixe aparecia na costa em grandes quantidades — «temporada». E acrescenta: «A sardinha é consumida em fresco por esta vila e aqui vendida pelo preço médio de 1\$600 réis o milheiro; os especuladores espanhóis é que a passam para a Isla Cristina e depois de ser ali salgada é levada aos diferentes mercados da Catalunha, onde obtém preços muito altos.» Em Janeiro, a pesca na costa de Monte Gordo reduzia-se brutalmente, e com ela os ganhos: uma parte dos pescadores passavam para Espanha, onde pescavam por conta dos armadores espanhóis, mas colhendo pequenos lucros; alguns empregavam-se na agricultura e nas marinhas, que, no entanto, durante o Inverno não exigiam muitos braços; outros continuavam na pesca da sardinha e na pequena pesca no rio, com aparelhos de rede e anzol, «sendo a sardinha vendida para Aiamonte por preços muito variados e o peixe do rio vendido nas diferentes freguesias deste distrito, onde obtém diminutos preços» (8).

Cinco anos depois, Don Nicolao Campillo, comerciante de Cádiz, contratou em Castro Marim 34 marítimos, sendo 10 de menor idade, para uma arte de Bou (9), cujo uso, reconhecido como nefasto para a reprodução da fauna ictiica costeira, estava proibido nos dois países peninsulares, sem que, de facto, a lei fosse jamais respeitada pelos pescadores espanhóis durante todo o século XIX. O contrato exigia que trabalhassem todos os dias, santificados ou não. Os salários, pagos desde a saída da barra da Figueirita (Isla Cristina) até ao regresso, variavam com as funções — 2 reais por traçana, 4,5 por trabalhador, 12 quartos por guardião e 32 ou 37 quartos quando a responsabilidade no êxito era maior (apenas dois pescadores). Durante o período do contrato tinham ainda direito a «3 quarteirões de pão por dia», quer trabalhassem ou não. A viagem, desde Castro Marim até àquela povoação, era assegurada pelo patrão, com uma barca. Os salários seriam pagos no dia do regresso, em Vila Real (10). É curiosa a semelhança de condições com as dos contratos

(8) Arquivos da Capitania do Porto de Vila Real.

(9) *Idem*. A arte de Bou, também conhecida por arte de parelha, consiste numa rede de arrastar puxada por dois barcos a remos.

(10) Arquivos Notariais de Vila Real de Santo António.

dos negros das actuais plantações de cana, sisal ou algodão do mundo angolano.

As partidas dos pescadores, tornando-se muito numerosas, começavam a afectar a pesca nacional, pelo que em Vila Real se tenta, em 1877, dificultar o embarque de marítimos matriculados nos barcos de pesca do distrito e, no ano seguinte, se afirma que os pescadores de Lagos e Tavira, que vêm embarcar naquela vila com destino às artes, armações e galeões dos portos espanhóis vizinhos, não precisavam de passaporte, mas sim da cédula marítima e da autorização de saída, passada pelas autoridades da capitania onde estavam inscritos.

A mediocridade da frota de pesca de sardinha da província, limitada a artes de xávega, favoreceu o desvio, durante o período de pesca livre nas costas dos dois países, dos trabalhadores e dos lucros da pesca a favor dos comerciantes e dos armadores espanhóis. De novo, em 1882, um espanhol, também da Isla Cristina, contratou 24 marítimos portugueses para uma arte de sedal, em actividade de Fevereiro a Julho, e 9 outros de Albufeira para um galeão, de 14 de Agosto até ao desarmamento (Novembro ou Dezembro). Os primeiros receberiam «o jornal mínimo de 24 quartas» e 900 g de pão por dia; os segundos tinham igualmente direito àquela quantia de pão, a peixe de caldeirada, a «7 reais de *veshon*» e, no caso de trabalharem de noite, a mais uma peseta, ou apenas a meia peseta, se não calavam a rede ⁽¹¹⁾. Dois anos depois, num outro galeão da Isla Cristina, trabalhavam 9 marítimos de Lagos e de Portimão.

Os movimentos migratórios afectavam também o Barlavento, embora naturalmente a intensidade da atracção dos mercados de mão-de-obra espanhóis decrescesse com a distância ⁽¹²⁾.

As armações de sardinha à valenciana difundiram-se rapidamente na costa sul a partir de 1884, sem que todavia a crise crónica de falta de trabalho fosse debelada entre os marítimos.

⁽¹¹⁾ Como a partir de 25 de Outubro os dias são pequenos, deixava de ser considerado o trabalho nocturno no que dizia respeito ao pagamento extraordinário. Arquivos Notariais de Vila Real de Santo António.

⁽¹²⁾ Arquivos da Capitania de Vila Real de Santo António.

Muitas, sendo armadas nos lugares das de atum, empregavam uma parte dos trabalhadores daquelas. O litoral do Barlavento era mais afectado pelas dificuldades da indústria da pesca. Compreende dois distritos marítimos: o de Portimão e o de Lagos. Em 1890 ⁽¹³⁾, conta-se que a costa do primeiro «não produz pesca suficiente para empregar todos os pescadores que nela habitam», indo uns para as outras armações portuguesas e outros para as armações e galeões espanhóis. A decadência que se verificava na indústria de salga de peixe, reflexo dos elevados direitos de importação exigidos pelas alfândegas de Espanha ⁽¹⁴⁾, a distância que separa esta costa do principal mercado de peixe da província — Vila Real —, o facto de haver apenas duas fábricas de conserva, uma em Armação de Pêra e outra em Carvoeiro, e a menor abundância de sardinha dificultavam a vida dos pescadores permanentes e convidava-os a sair. Os ganhos dependiam directamente da procura dos compradores espanhóis que de vez em quando iam a Albufeira e com maior frequência a Portimão, comprando a sardinha fresca e conservando-a em salmoura preparada nos seus próprios barcos, onde a conduziam a Aiamonte ou à Isla Cristina. A sua presença, sem concorrentes, não atenuava as diferenças regionais dos preços: em Vila Real, cada bota ou pipa (cerca de 14 milheiros) valia 10\$000 a 12\$000 réis e nesta região raramente alcançava 8\$000 réis.

Na costa de Lagos a situação era mais favorável: uma fábrica de conserva na Luz e 5 outras em Lagos e 8 armações de sardinha. No entanto, muitos pescadores migravam para as armações da costa de Sesimbra, da Caparica e de Cascais, regressando às suas aldeias durante o Inverno, quando aquelas desarmavam, e retomando então a pesca local com as lanchas e barcas que durante longos meses tinham ficado permanentemente encalhadas na praia ou tinham ido ao mar uma ou outra vez tripuladas por pescadores idosos, crianças e gente do campo.

⁽¹³⁾ Inquérito Industrial de 1890.

⁽¹⁴⁾ 285 réis por 100 kg de peixe fresco e 1\$920 réis por 100 kg de peixe salgado.

Os excedentes de marítimos em relação às artes de pesca do Algarve eram, com efeito, recrutados em sentidos opostos: os da costa de Lagos migravam para as armações do litoral ocidental a sul do Tejo; os da de Portimão, Armação de Pêra, Albufeira e Quarteira partiam para as armações de atum do Centro e do Sotavento e ainda para armações e galeões espanhóis; os do Sotavento continuavam a ocupar-se nas artes de pesca de Aiamonte e da Isla Cristina e também nas armações de atum do golfo de Cádiz.

As artes clássicas foram prolongando a orientação das migrações estacionais de pescadores:

— os marítimos algarvios do Barlavento continuaram a fornecer uma percentagem considerável de mão-de-obra das armações de Sines, Setúbal e Sesimbra, bem como das tripulações dos galeões e mais tarde também das traineiras do porto de Setúbal, acabando muitas das famílias dos mesmos por se fixarem no bairro do Troino, desta cidade.

— em 1910 foram matriculados na *armação de atum dos Olhos-d'Água* 82 pescadores, dos quais 60 inscritos em Faro, 18 em Albufeira, 1 em Olhão e 1 em Portimão; na do *Forte Novo* (Quarteira) trabalhavam 96, sendo 48 de Portimão, 35 de Albufeira, 12 de Faro e 1 de Olhão; na do *Medo Branco* contavam-se 47 de Faro, 25 de Tavira, 17 de Albufeira, 5 de Olhão, 4 de Vila Real, 3 de Lagos e 2 da Fuzeta, e na do *Ramalhete* 38 de Faro, 36 de Tavira, 10 de Albufeira, 6 de Vila Real, 4 de Olhão, 4 de Portimão, 2 da Fuzeta e 1 de Lagos. Em 1914, na armação do *Cabo de Santa Maria* inscreveram-se 27 marítimos de Albufeira, 26 de Portimão, 7 de Faro, 7 de Tavira e 1 de Lagos; note-se que em 1955 trabalhavam nesta armação 66 pescadores de Faro, 38 de Armação de Pêra, 12 de Santa Luzia, 8 de Albufeira, 5 de Quarteira, 3 da Fuzeta, 1 de Almancil, 1 de Cacela e 1 de Castro Marim ⁽¹⁵⁾.

É fácil verificar como antes do grande desenvolvimento da frota pesqueira de Portimão — 12 cercos em 1914 e 1263 pescadores de traineira em 1965 (75 p. 100 do número total de pescadores inscritos) — os pescadores deste distrito marítimo buscavam trabalhos e ganhos nas artes dos portos já distantes.

Olhão e Fuzeta, centros quase só de gente do mar, parecem-nos pouco afectados pelo dinamismo das artes dos outros portos e dos da costa de Espanha. Como se justifica esta oposição? Pela própria estrutura da sociedade local, ainda bastante homogénea, e pela orientação da sua actividade piscatória: pesca do alto e pesca distante, nos mares de Larache e de Setúbal, com repartição equitativa dos capitais de exploração e dos lucros. Os olhanenses e os seus vizinhos da Fuzeta trabalhavam por conta própria, arriscando economias e vidas, mas usufruindo livremente dos ganhos. Os marítimos sem meios de produção emigravam desde 1859-1860 para Moçâmedes, Porto Alexandre e Baía dos Tigres. Mais recentemente (1920) migravam, de Março a Outubro, para a América do Norte, contratados por armadores estado-unidenses e canadianos, ou para a Terra Nova, nos lugres da pesca do bacalhau do porto de Lisboa. Outros partiam clandestinamente para Gibraltar e mais tarde para Tânger, Rabat e Casablanca, onde se fixaram muitas famílias naturais de Olhão: pela alta noite, as lanchas de pesca varadas nas ilhas de Armona e de Tavira eram carregadas com marítimos emigrantes, que nelas seguiam até aos navios situados fora das águas territoriais portuguesas, em pontos previamente fixados.

Nos fins do século passado, em Tavira e sobretudo em Vila Real, a pesca parecia remuneradora em função do preço elevado do peixe na lota, o que se devia à concorrência dos compradores espanhóis e dos das várias fábricas de conserva em azeite do centro portuário do Guadiana. Num momento em que a indústria de salga estava em crise (1890) são naturalmente os principais núcleos das conservas em azeite que garantem melhor venda do peixe.

O Sotavento aparece descrito como uma região de pescadores privilegiados. Mas trata-se apenas de um juízo comparativo. Com efeito, a vida dos marítimos também não era fácil em Vila Real, Castro Marim, Monte Gordo e região de Tavira. Utilizando essencialmente técnicas passivas, a pesca não podia constituir um rendimento estável. Durante a temporada da sardinha e do atum tudo podia correr bem, mas no Inverno, e mesmo na Primavera, o peixe faltava, e com ele os ganhos. As salinas e os campos pouco trabalho garan-

⁽¹⁵⁾ Arquivos da Capitania do Porto de Faro.

tiam; o produto da pesca no Guadiana — anzol ou redes — era vendido por preços diminutos nas freguesias vizinhas; alguma sardinha, pescada na costa de Monte Gordo, alimentava o mercado de Aiamonte, de preços muito oscilantes durante a primeira metade do ano ... e a população marítima via-se frequentemente a braços com a miséria. Por outro lado, *as xávegas de Monte Gordo e as armações de atum da costa de Tavira*, mesmo nos períodos de maior actividade, *não recrutavam completamente a população piscatória* deste extremo algarvio. Como na costa de Espanha existiam muitas armações e os galeões surgiram primeiramente em Aiamonte e na Isla Cristina do que em Vila Real ⁽¹⁶⁾, a mão-de-obra excedente procurava lá trabalho, tanto mais que a difusão da arte de galeão, com um largo raio de actividade, desencadeava a decadência das xávegas. Utilizadas numa área costeira aonde os cardumes, apanhados longe do litoral por aqueles, já não chegavam, as artes de xávega eram puxadas para terra com os sacos quase vazios e as suas redes constantemente destruídas pelos arrastos espanhóis, armados com os acostados dos galeões logo que aqueles desarmavam, que, indiferentes às leis dos dois países ou sabendo lidar com as autoridades marítimas, varriam a plataforma costeira. Em 1886, viviam em Monte Gordo cerca de 300 homens activos: destes, 50 trabalhavam habitualmente nas armações e em serviços de pesca em Espanha; durante o Inverno, a falta de meios levava a maioria a mendigar pelos campos e a pedir trabalho, como estivadores, no porto de Vila Real, à Empresa da Mina de S. Domingos. *A matrícula de cercos nesta capitania não resolveu por completo o problema, pois os espanhóis pela nacionalidade dos capitais investidos ⁽¹⁷⁾ continuaram a sê-lo pela dos quadros das companhas. No cerco Senhora do*

⁽¹⁶⁾ A matrícula dos primeiros dois galeões portugueses data do período de vigência do Tratado de Pesca Livre nas Costas de Espanha e Portugal (1878). Coincide também com a instalação das quatro primeiras fábricas de conservas: duas de italianos (Parodi & Roldan e Doménico Migoni) e as outras duas de espanhóis residentes na vila (Centenos, Cruz & C.^a e F. Rodrigues Tenório) — Santa Maria, Esperança, Peninsular e S. Francisco.

⁽¹⁷⁾ Os armadores espanhóis simulavam uma escritura de venda a certos portugueses, que, sem grandes escrúpulos, a aceitavam por

Carmo, em 1896, trabalharam 60 pescadores, entre os quais 15 espanhóis, experimentados na arte; neste mesmo ano, no *Capitão Mouzinho*, foram matriculados 60 portugueses e 13 espanhóis.

A mendicidade dos pescadores durante os meses invernosos constituiu até há bem poucos anos uma característica de alguns núcleos segregados do mundo rural. Monte Gordo era uma colónia constituída exclusivamente por marítimos cujos bens se limitavam à barraca ou à casa em que viviam e aos braços para puxar barcos, redes e peixe e para remar. Afastados da terra agrícola interior, que não possuíam, estes marítimos viam-se forçosamente desempregados desde que o mar e o tempo não permitissem, sem risco de perda das próprias vidas, que as artes fossem lançadas. Os «melos» de Monte Gordo, das Cabanas, de Santa Luzia ou da Fuzeta, verdadeiros quistos das estruturas sociais do litoral, eram os habitantes das choças de junco e os trabalhadores ocasionais das artes de pesca espanholas ou os colectores muito primitivos da fauna e da flora costeiras e lagunares. Vivendo a crédito desde há muito e sempre com dívidas, que o acaso de bons lanços permitiria pagar, os pescadores habituaram-se a consumir rapidamente tudo quanto ganhavam, muitas vezes em artigos supérfluos e nas tabernas. Ao Verão, que em muitos anos era de relativa fartura, sucedia-se o Inverno, período de vida difícil, cheio de privações, que os forçava a esmolar pelos caminhos, montes e aldeias um naco de pão, um balaio de figos ou um punhado de milho para as papas da única refeição de cada dia. Mendigar alimentos mas não aceitar trabalho era o certificado de desprezo que lhes atribuíam as populações rurais, habituadas a restringir ao máximo as despesas, para que o dia de amanhã e as épocas de trabalho e de salários escassos não fossem épocas de miséria, e a ocuparem-se em tudo o que permitisse ganhos, mesmo em tarefas duras e humildes. Pelo contrário, o pescador mendiga, mas não aceita pegar no arado, bater uns camalhões ou cavar umas leiras. Preguiça e orgulho, dirão aqueles que

uma pequena fracção dos lucros, e estes donos fictícios podiam exercer livremente a pesca nas águas territoriais portuguesas. Eram cinco os galeões matriculados no porto de Vila Real em 1903.

desconhecem o ritmo da sua profissão, o trabalho e o risco, e sobretudo o carácter aleatório dos ganhos, umas vezes extraordinários e outras nulos, que lhe moldaram uma filosofia própria. Mas seriam esses incansáveis trabalhadores da terra capazes de pegar nos remos, conduzir as embarcações segundo o jogo do vento e da vela, detectar a presença de cardumes e cercá-los ou arpoar os atuns? Haverá razão para menosprezar aqueles que receiam aproximar-se dos muares, não sabem falar com os animais e se sentem perdidos no mundo rural, tão simples mas que julgam tão estranho? O mundo do pescador é outro: a barca, as redes, o peixe, a praia, o mar, os temporais, as correntes e os perigos, a fartura de hoje e o nada de amanhã, a dependência do acaso e dos caprichos dos cardumes.

Monte Gordo, Santa Luzia e Fuzeta formavam, nos fins do século XIX, pequenas colónias de pescadores bem individualizadas, como dissemos antes. A pesca constituía o único modo de vida destas populações: as gentes aglutinaram-se e cresceram, desligadas da terra e marginais, apenas em familiaridade com o oceano vizinho ou distante. Mas os meios de pesca mais valiosos raramente eram propriedade dos que com eles trabalhavam. Não eram as armações, símbolos de estrutura já capitalista, e também não eram as xávegas: em Monte Gordo, estas pertenciam a proprietários ou comerciantes de Vila Real e de Castro Marim, assim como as armações de sardinha.

Manta Rota, Cacela, Altura, S. Bartolomeu e Castro Marim eram igualmente lugares de residência de pescadores, mas de pescadores anfíbios, proprietários de algumas courelas, marinhas, botes, redes e aparelhos e, por vezes, também parceiros de xávegas. Na Manta Rota e em Cacela «o campo começa no mar», e é neste campo, trabalhado pelo próprio pescador quando não vai ao mar, pelas mulheres e pelas crianças, que ele encontra complemento dos ganhos e meio de integração e motivo de solidariedade com os rurais. Situados entre os pescadores e os camponeses, os homens de Manta Rota e de Cacela conhecem o mar e os cuidados que a vinha, as searas, os legumes e os animais exigem, conhecem os acasos da fortuna e a segurança dos ganhos nos trabalhos constantes e rítmicos em cada dia e em cada ano,

sabem viver entre as vagas, mas sabem também expor os seus problemas ao médico ou ao notário, comprar e vender, contar o dinheiro. A mulher é a companheira, e não forçosamente o chefe da família: a mulher do pescador de Monte Gordo deverá trabalhar na fábrica, cuidar dos filhos e da casa, preparar as refeições, arranjar as roupas, comprar tudo o que for necessário e ainda resolver as questões oficiais no Registo Civil, na Casa dos Pescadores, na Capitania, na Assistência, e acompanhar os maridos doentes para descrever ao médico os sintomas da própria doença. Eram ainda as mulheres que, quando havia falta de homens, ajudavam a puxar as artes e a varar as barcas, falta que nos fins do século se verificava todos os anos, nas épocas de maior actividade da pesca, por pescarem simultaneamente armações de atum e de sardinha, galeões e artes diversas, tanto portuguesas como espanholas.

Os fluxos migratórios de marítimos no sentido Portugal-Espanha persistiam, embora os portugueses preenchessem as posições mais modestas no quadro das tripulações dos barcos, como testemunham várias notícias referentes aos finais do último século e primeiros anos deste. De qualquer das formas, as diferenças de salários parecem largamente compensadoras, pois o vencimento médio diário era de dois pães e 510 réis, enquanto os companheiros das armações de sardinha de Faro recebiam 280 réis, os das de atum 200 réis e os dos galeões 280 a 300 réis e 340 a 500 réis para os mais graduados. É certo que estes salários mínimos oferecidos aos trabalhadores das artes de pesca portuguesas eram aumentados com a distribuição de 10 p. 100 do produto líquido da pesca, além das comedorias, aliás também garantidas pelos armadores espanhóis⁽¹⁸⁾, sem que normalmente compensasse a diferença.

Em 1895 fora proibida a admissão de marítimos portugueses nas armações e artes espanholas, sob pena de o mestre dos barcos pagar uma multa de 50 duros por cada português encontrado a bordo: a 12 de Outubro desse ano entrou no Guadiana uma canhoneira espanhola com três galeões da mesma nacionalidade, apreendidos por terem portugueses nas

(¹⁸) Inquérito Industrial de 1890.

companhas. O rigor da lei não convinha aos empresários, qualquer que fosse o porto da matrícula dos cercos: nos de Vila Real, a permanência de quadros espanhóis — mestres, contramestres, motoristas ... —, com experiência da arte, era não só bastante vantajosa como até indispensável; nos de Isla Cristina, em número bastante superior — cerca de 30 —, a tripulação portuguesa, tradicionalmente pouco exigente, «dócil e dedicada ao trabalho», e então ainda mais na medida em que a situação ilegal acentuava a dependência patronal, indemnizava, através da economia de salários, os riscos das multas. Em 1900, um armador, residente na Isla Cristina, contratou 8 marítimos de Castro Marim e 2 de Vila Real para servirem como tripulantes de um galeão e, em 1903, nas armações daquela área trabalhavam clandestinamente 20 marítimos portugueses, não matriculados mas constantemente identificados pelas autoridades da canhoneira espanhola. A assiduidade da fiscalização e, por consequência, a frequência das multas levou os administradores daquelas a recearem a sua presença, pelo que muitos foram expulsos. Vendo-se bruscamente privados de ganhos, apresentaram os seus protestos às autoridades marítimas portuguesas, tanto mais lógicos quanto era certo que em Portugal, por uma portaria de 17 de Junho de 1886, as embarcações e artes de pesca continuavam a poder matricular um número de estrangeiros que igualasse um terço das companhias. Todavia, a estas autoridades pareceu pouco prudente mandar desembarcar, como represália, os espanhóis tripulando barcos portugueses. Seria anular definitivamente a única e habitual saída que restava a alguns pescadores nacionais para procurarem meios de subsistência, difíceis de encontrar na região pelo excesso da população marítima em relação às artes em exercício. Aliás, os pescadores espanhóis empregavam-se somente nos cercos, em actividade na costa portuguesa de Setembro a Dezembro, e não excediam a seis dezenas. Em compensação, mais de 300 pescadores do distrito marítimo de Vila Real trabalhavam habitualmente em Espanha, nas armações, cercos e outras artes — xávegas, de parelha — que pescavam durante quase todo o ano (excepto as armações de atum: Maio e Junho), pelo que a resultante dos interesses

parecia favorecer os nacionais ⁽¹⁹⁾. De Tavira e de Santa Luzia partiam também muitos pescadores para Espanha: na costa de Tavira armavam-se, em 1881 ⁽²⁰⁾, armações de atum de revés, entre 15 de Junho e 15 de Setembro, com cerca de uma centena de marítimos matriculados em cada uma — Abóbora, Medo das Cascas, Três Irmãos e Livramento. Nos finais da década lançava-se também a de Bias, ainda em exploração em 1898 ⁽²¹⁾ e pescando de direito e de revés. Uma vez terminada a pesca do atum, quase todas continuavam em actividade, adaptando-se então à pesca da sardinha e outro peixe miúdo, mas estas pareciam compensar pobremente o prolongamento das despesas e nem todas e nem sempre se armavam.

A actividade piscatória regional continuava a não ocupar todos os marítimos: BALDAQUE DA SILVA ⁽²²⁾ aponta 748 pescadores para Tavira, 40 para Cacela, 40 para a Torre Velha e 1848 para o Cabeço, Monte Gordo e Vila Real; no Inquérito Industrial de 1890 são referidos 1397 pescadores no distrito marítimo de Vila Real, onde apenas havia 3 armações de sardinha e 19 xávegas, e 1312 no de Tavira, com 4 armações de atum e 3 de sardinha. Uma parte dos marítimos de Vila Real empregara-se nas estivas e fábricas de conservas de peixe em azeite (a estas correspondiam 5 a 6 centenas de trabalhadores masculinos), mas Tavira não tinha polarizado iniciativas e capitais industriais em virtude da dificuldade de acesso aos cais da Ribeira, durante a maré baixa, pelo grande assoreamento da barra e do leito do Gilão. O extremo do Sotavento da província continuava a poder oferecer uma muito numerosa mão-de-obra piscatória que, não encontrando colocação nas artes mais produtivas, empregava os dias na pesca pobre, com aparelhos modestos, e partia sempre que possibilidades de trabalho e de ganhos se oferecessem em qualquer parte. Ora já nesta altura existiam cerca de 30 galeões matriculados no porto de Isla Cristina, dos quais alguns foram sendo progressivamente transferidos para Vila Real

⁽¹⁹⁾ Arquivos da Capitania do Porto de Vila Real.

⁽²⁰⁾ Inquérito Industrial de 1881.

⁽²¹⁾ D. CARLOS DE BRAGANÇA, *Pescas Marítimas. I—A Pesca do Atum no Algarve, em 1890*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

⁽²²⁾ A. BALDAQUE DA SILVA, *Estado Actual das Pescas em Portugal*, referido ao ano de 1886. Lisboa, 1908.

e nacionalizados. Nuns e noutros se empregavam os pescadores portugueses.

O recrutamento, embora clandestino, continuou, e num outro documento, datado de 1905, conta-se que o contrato entre os marítimos portugueses e os concessionários da armação Cabo da Prata foi feito «de viva voz», em Monte Gordo, por um representante daquela, que lhes garantiu cem dias de trabalho ⁽²³⁾. O sistema fora adoptado desde há muito pelos concessionários de todas as armações da costa de Espanha, de Aiamonte ao estreito de Gibraltar, sem intervenção das autoridades marítimas espanholas. Em 1907, mestres (patrões), arrais, caçadores e a restante companhia das artes de xávega de Monte Gordo abandonavam estas em Setembro para se empregarem nos galeões espanhóis, e sobretudo nos ficticiamente nacionalizados.

As potencialidades do mercado de mão-de-obra espanhol, oferecidas essencialmente pela indústria piscatória e outras dela derivadas, devemos acrescentar o valor real das economias amealhadas durante alguns meses de vida dura, multiplicadas depois pelo custo de vida baixo porque de nível miserável, pelos câmbios e pelas oportunidades de contrabando (sobretudo de bebidas, tecidos e perfumes espanhóis).

O desenvolvimento das artes de pesca na costa portuguesa não teve amplitude suficiente para modificar por completo os mercados de trabalho dos marítimos desta região. Com efeito, as migrações portuguesas mantiveram-se até quase aos nossos dias. Aos contingentes de pescadores juntaram-se outros, dirigidos às fábricas de conservas de peixe, diferenciando-se a composição global pela importância numérica das mulheres, e a área de recrutamento, cujos pólos serão os de formação profissional: operários de Vila Real e arredores e marítimos dos núcleos piscatórios do Sotavento. Estas migrações sazonais faziam-se nos dois sentidos, mas com diferenças quantitativas e qualitativas, tal como as migrações definitivas, sendo a de sentido Leste-Oeste sempre de nível económico superior. Os espanhóis ocuparam as posições de maior responsabilidade entre as tripulações dos galeões até 1914. Nas fábricas trabalhavam temporariamente grupos de

⁽²³⁾ Arquivos Notariais de Vila Real.

muchameiros e de soldados de Aiamonte e da Isla Cristina, e numa fábrica de tecidos de algodão, montada em Vila Real, em 1879, por S. Ramirez, comerciante, natural de Almendro, mas residente na vila, os tecelões foram durante anos sempre de nacionalidade espanhola ⁽²⁴⁾.

A preparação tradicional da sardinha e do atum em Espanha, tal como em Portugal antes de 1880, data em que se instalaram nesta vila as primeiras fábricas de conserva, era a salga, simples ou seguida de fumagem ou do prensar — sardinhas estibadas. Estas e as muchamas tinham grande procura nos mercados andaluzes, catalães, italianos e gregos. Negociantes espanhóis organizaram este ramo de comércio e, em 1870, Portugal exportou para Espanha 1186 t de atum, 5373 t de sardinha e 1047 t de peixes diversos, no valor de 234 137\$000 réis. A Espanha era o principal mercado, directo ou para redistribuição, das pescarias portuguesas. Naquele ano, as correspondentes importações feitas pelo Brasil foram somente de 24 051\$000 réis, as da Grã-Bretanha de 12 449\$000 réis, as da Itália de 2916\$000 réis e as da França de 1505\$000 réis. A Alemanha do Norte importou pescarias no valor de 171\$000 réis e a Holanda de 160\$000 réis ⁽²⁵⁾. Nas respostas aos Inquéritos Industriais de 1881 e de 1890 salienta-se a permanência daquele mercado para as pescarias do Algarve, frescas ou salgadas, não obstante os direitos de entrada serem muito elevados.

Foram os italianos A. Parodi e S. Migone que iniciaram em Vila Real (1879-1880) a preparação do atum em molho de escabeche, a cuja actividade se deveria juntar a de conserva de sardinha em lata, já vulgarizada em França, prolongando o período de trabalho correspondente ao do atum. Todas as grandes fábricas de conservas de Vila Real têm cerca de noventa anos. Em muitos outros centros litorais de

⁽²⁴⁾ Na época do atum de direito costumavam vir a Vila Real uns malteses (de Malta) que se empregavam na salga deste peixe: em 1911, quando havia na vila 25 industriais e negociantes de peixe salgado, retiraram-se muito cedo e com o início da guerra mundial não mais voltaram. Actas das Sessões da Câmara de Vila Real.

⁽²⁵⁾ ALPHONSE DE FIGUEIREDO, *Le Portugal. Considérations sur l'état de l'administration, des finances, de l'industrie et du commerce de ce royaume et de ses colonies*, Lisboa, 1873.

Portugal, a indústria de conservas de sardinha data também desta época. Corresponde à grande crise de pesca nas costas oceânicas da França, de 1877 a 1881, e foi organizada sobretudo por franceses, que procuraram localizar as instalações industriais nos centros onde a matéria-prima não faltava. 1888 marca o início de um novo ciclo de boa pesca nas costas francesas, ressentido negativamente pela indústria portuguesa e espanhola, mas a que se seguiu outra crise — 1902-1908 ⁽²⁶⁾. Este último período foi decisivo para as empresas peninsulares, que se multiplicaram e aumentaram as dimensões da produção e cujas marcas conquistaram posições firmes nos mercados importadores, não removíveis em 1909 quando a produção francesa começou a ser normal (15 697 t em 1905 e 23 140 t em 1911) e consolidadas durante a primeira guerra.

Na costa atlântica meridional de Espanha, de Aiamonte a Cádiz, a implantação de fábricas de conservas em lata, tanto de sardinha como de atum, foi contemporânea da de Vila Real. O atum pescava-se na baía de Cádiz e na armação da Reyna Regente, lançada junto da barra de Aiamonte. Naquelas, a pesca era de direito e, nesta, de direito e de revés. A pobreza em espécies pelágicas dos pescueiros espanhóis em relação aos da costa do Algarve tinha feito de Aiamonte e de Isla Cristina, vizinhas da fronteira, grandes centros da indústria e do comércio por grosso de atum e de sardinha do Sudoeste espanhol. A mais precoce introdução em Espanha da arte de cerco aumentou as quantidades de sardinha pescadas: a pesca fazia-se quase sempre longe destes portos e frequentemente nas águas territoriais portuguesas. A lota de Vila Real era animada pelos armadores e compradores dos dois países e as indústrias de salga e de conserva em lata mantiveram-se dominadas por espanhóis, tanto em Vila Real como em Aiamonte e Isla Cristina; estes industriais difundiram naqueles últimos centros o tratamento feito ao atum de direito por Parodi e Migoni, instalados em Vila Real, e por outros fabricantes que trabalhavam sob a orientação técnica e comercial destes italianos, simultaneamente industriais, negociantes e exportadores. Em 1890 esta-

(26) ALPHONSE DE FIGUEIREDO, *ob. cit.*

vam instalados em Lagos e em Olhão vários industriais franceses e a partir de então prosseguiram os pedidos feitos à Câmara de Vila Real por outros industriais daquela nacionalidade para concessão de terrenos com destino à montagem de fábricas de conservas. O surto industrial desta vila foi na verdade francamente acelerado no seu início: as novas unidades empregavam operários e formavam mestres. Mas a expansão da indústria continuou a sua difusão para nascente. Paralelamente, *nos fins do século XIX, desencadeou-se um importante movimento estacional de mestres, contra-mestres e operários portugueses*, mais ou menos especializados, entre os quais figuravam cortadores de atum e cozedores, estes responsáveis pela densidade da salmoura e pelo tempo de cozedura, convergente para as novas fábricas. Formado em Vila Real e herdando o saber e a experiência dos italianos, este operariado partia todos os anos, juntamente com os marítimos das armações, por uma temporada de três a quatro meses, de Abril a Julho, correspondente à da safra do atum de direito, dado que a elaboração das conservas de sardinha era muito mais fácil. Saíam famílias inteiras, os homens trabalhando no mar e em menor número formando as baterias das fábricas, e as mulheres nestas, como manipuladoras. Em Vila Real fala-se ainda da rua de Espanha — 31 de Janeiro —, rua que temporariamente ficava quase sem gente, porque muitos dos que sentiam forças para ganhar a vida tentavam-no na nação vizinha. Numerosas casas eram fechadas. As ruas mantinham-se quase desertas. Apenas os velhos, sentados às portas, nos fins de tarde, repetiam aos vizinhos as notícias dos familiares ausentes e os boatos que corriam acerca da temporada, contavam em conjunto os dias que faltavam para os regressos daqueles e davam um pouco de vida, ténue e frágil, a estes passeios sonolentos.

A segurança de trabalho contínuo durante alguns meses, a facilidade de passar a fronteira, mediante a simples apresentação do bilhete de identidade e de uma licença militar, a garantia de alojamento e alimentação durante um tempo, em que não havendo lugar para gastos se podiam fazer economias, eram factores atractivos. O atum que traziam substituíam o porco na salgadeira, garantindo conduto para o

Inverno; outras vezes era vendido, e com o dinheiro compravam-se algumas arrobas de figo, de milho ou de «pão».

Durante a primeira guerra mundial desenvolveu-se a pesca do atum no Norte de África ⁽²⁷⁾, e uma vez mais os pescadores portugueses vão constituir grande parte das companhias e da mão-de-obra das fábricas, como documentam as seguintes referências:

Em 1920, o lugre português *Santana*, com motor auxiliar e 200 t brutas de arqueação, partia de Vila Real com destino a Casablanca, levando sal e cerca de 350 pessoas — homens, grande número de mulheres e algumas crianças — para trabalharem nas armações, pescarias e fábricas de conservas. A hesitação perante a legalidade da saída tem por base ser apenas habitual a de pessoal marítimo para as armações de Marrocos;

J. Gomes, concessionário de um local de pesca de atum com armação, situado na zona internacional de Marrocos, em 1923, pediu autorização para embarcar em Vila Real o pessoal contratado e os mantimentos necessários;

Em 1927, Eurico Gonzaga Rosa, residente em Marrocos, «carecendo, a exemplo do que tem feito nos anos anteriores, de contratar no Algarve pessoal marítimo, destinado à armação de pesca que explora naquele país com Marcel Vergara ...», requer a devida permissão às autoridades de Vila Real, que a interpretam como um meio de atenuar a grande crise de trabalho que a população da província, e particularmente deste distrito marítimo, atravessava, em virtude da falta de sardinha ⁽²⁸⁾.

Neste mesmo ano foi pedida superiormente uma intervenção junto do Governo Espanhol, para reduzir os emolumentos do visto aposto pelo seu consulado de Vila Real nos

⁽²⁷⁾ A Algarbes, Companhia Exploradora de Pesca e Indústrias Correlativas em Marrocos, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com sede em Lisboa e agência em Tânger, com o capital de 200 contos em 1918, constituído por acções de 100\$, muitas das quais compradas pelos industriais de Vila Real, tinha como director, em 1918, Ernesto Salles, um dos industriais da pesca e das conservas desta vila.

⁽²⁸⁾ Arquivos da Capitania do Porto de Vila Real de Santo António.

salvos-condutos para passagem da fronteira dos portugueses que ali vão procurar trabalho ⁽²⁹⁾.

Entretanto, a crise económica do Sotavento agravava-se. Em 1930 dominavam na maioria dos lares operários o desemprego e a fome, pelo que foi estabelecida a assistência a cem crianças durante, pelo menos, cinquenta dias, com refeição diária de café, leite e pão ⁽³⁰⁾: prolongava a acção da Cozinha Económica que, em Janeiro de 1917, com o subsídio dos maiores industriais, começara a beneficiar as classes mais pobres.

A escassez de pesca foi seguida de dificuldades dos mercados (década de 30) *e de maus anos agrícolas.* Em 1933 viviam na freguesia de Vila Real 450 famílias muito necessitadas. Os locatários dos postos cobertos do mercado da verdura pedem para lhes serem reduzidos os aluguéis dos mesmos. Os comerciantes de vinhos e de cafés não podem pagar as taxas de turismo. Uns e outros abandonam muitas vezes o seu ramo de trabalho. Em 1935, depois de um ano agrícola desastroso, pela segura do Inverno, os proprietários rurais pediram a anulação de 50 p. 100 das contribuições prediais rústicas, ou pelo menos facilidades de pagamento, e ainda trigo de semente, a pagar nas duas colheitas seguintes. O início de trabalhos públicos — esplanada e casino da praia de Monte Gordo, cais do porto, estrada do farol a Monte Gordo, obras em armazéns da Câmara, instalação de canos de esgoto, reparação de caminhos, etc. —, subsidiados com empréstimos contraídos pelo município com o Fundo de Desemprego, foi um modesto remédio ⁽³¹⁾. *A guerra civil de Espanha*, fazendo desaparecer o mercado da muchama produzida em Vila Real, a possibilidade de emigrar para as armações e fábricas...

⁽²⁹⁾ Actas das Sessões da Câmara Municipal.

⁽³⁰⁾ *Idem.*

⁽³¹⁾ Actas das Sessões da Câmara Municipal de Vila Real. «Dar trabalho não consiste em deitar poeira nos olhos, consertando uma estrada que passa à porta de um ilustre desconhecido, porque em geral esse trabalho não corresponde ao que o Estado com ele despende, porque, não sendo de utilidade nacional, é por assim dizer trabalho perdido.» ALBERTO CARLOS APRÁ, em *O Mar Pode Resolver a Crise de Trabalho no Algarve*, Lisboa, 1931, p. 9.

e até o comércio do café, *acentuou a crise*: «mais de 600 chefes de família sem trabalho», em 1938, na vila e em Monte Gordo. O ambiente não seria muito diferente em Santa Luzia, embora os pescadores desta aldeia tivessem continuado a migrar em massa para Marrocos.

Para avaliarmos as consequências directas da guerra civil na população marítima e operária, torna-se necessário conhecer a amplitude dos movimentos migratórios do Algarve para Espanha. Mestres idosos, que levavam com eles 500 a 600 trabalhadores, avaliam-na em cerca de 2000 pessoas, de Vila Real, Castro Marim, Monte Gordo, e ainda alguns pescadores de Cabanas e muitos outros de Santa Luzia (Tavira). A remodelação destas últimas aldeias traduz as principais fases de substituição das cabanas; primeiro as paredes e nos anos seguintes os telhados (Monte Gordo), ou segundo um outro esquema mais vulgarizado em Santa Luzia, onde as velhas casas foram construídas por justaposição sucessiva dos vários compartimentos, em paralelo com os êxitos de cada campanha de pesca.

As migrações mantinham destinos diversos. Com a primeira guerra mundial e o conseqüente dinamismo no mercado internacional de conservas, surgiram nas costas de Marrocos, como referimos anteriormente, novas armações de atum ⁽³²⁾. Os capitais de exploração eram espanhóis, franceses, italianos e portugueses (Algarbes), mas a população trabalhadora provinha na maioria de Portugal. Esses capitais tinham sido em grande parte desviados da indústria de conservas peninsular. Não nos admira que as dificuldades de abastecimento regional verificadas no decorrer da terceira década deste século tivessem levado as empresas a criar sucursais junto dos mais activos lugares de pesca. Assim, em 1932, a grande casa comercial e industrial da família Parodi, com sede em Génova, montou uma fábrica de conservas em Casa-

⁽³²⁾ Convém recordar que a pesca nas costas de Espanha, em direcção ao estreito de Gibraltar, e de Marrocos — Mar de Larache —, bem como as relações comerciais entre o Algarve e os portos do Sul de Espanha e do Norte de África, tinham habituado, desde há séculos, alguns marítimos de Castro Marim, Tavira, Fuzeta e Olhão às dificuldades caprichosas do Atlântico e destes litorais afastados, sem abrigos e fortemente batidos pelas vagas oceânicas.

blanca ⁽³³⁾ e, em 1933, uma nas Canárias, em Las Palmas, e outra na Tunísia, em Sidi-Daoud ⁽³⁴⁾, para as quais enviava também, sazonalmente, pessoal dirigente contratado em Vila Real, enquanto nas suas fábricas desta vila, de Olhão e da Isla Cristina continuavam a trabalhar operários italianos deslocados todos os anos.

Tudo convidava a partir, como vimos: o atum ia desaparecendo das armações de revés de Tavira ⁽³⁵⁾, como já

⁽³³⁾ Companhia General de Pesca & Conservas. A fábrica foi montada com material fornecido por Vila Real; daqui seguia também o azeite, provavelmente importado de Espanha, por a sua qualidade ser superior à do azeite português e marroquino.

⁽³⁴⁾ De Ângelo Parodi, S. A. R. L. Em veleiros portugueses seguiu de Vila Real para esta fábrica todo o material necessário ao seu equipamento: sal, canastras de cana e de verga (artesanato de Odeleite), caldeiras, cutelos, rabachinas, padiolas, uma estufa, uma máquina de cortar atum, fornalhas e uma máquina de arquear caixas, «vazio», caixas com chaves de arame (produzidas na secção de serralharia e litografia de A. Parodi Bartolomeu, de Vila Real), caixas de madeira fornecidas por Magalhães & Filhos, de Viana do Castelo, grelhas novas e usadas, algumas toneladas de carvão mineral provenientes de Inglaterra ... Tudo foi de Vila Real!

⁽³⁵⁾ Entre 1920-1929, isto é, durante a década, o Algarve exportou 318 000 t de conservas de sardinha e 13 000 t de atum. Em 1928 havia ainda em Olhão 34 fábricas de conserva de sardinha, cuja exportação foi de 29 804 contos (7419 t), ou seja, 66 p. 100 do valor global das suas exportações de peixe conservado. A exportação de conservas de atum de Tavira foi apenas de 88,5 t, no valor de 673 contos, e a de Vila Real de 1895 t, com o valor de 8206 contos. Havia então nesta vila 6 fábricas que trabalhavam atum, mas o peixe era, em grande parte, importado: 11 479 atuns em 1928 e 23 729 no ano seguinte. O atum representou apenas 33 p. 100 do total das exportações conjuntas de conservas de sardinha e atum dos centros industriais do Sotavento, em 1928. A pesca nacional deste peixe diminuíra acentuadamente: entre 1896 e 1906 (dez anos) o ano de maior pesca foi o de 1906, a que correspondeu a média de 5251 atuns por armação, e o de menor pesca o de 1902, com 1593 atuns por armação; de 1908 a 1928 (vinte anos), os valores correspondentes foram de 3480 atuns por armação em 1928 e 586 atuns em 1918. Paralelamente, registava-se uma concentração da actividade nas armações que ofereciam maior probabilidade de uma boa pesca, isto é, as do Centro e do Sotavento da província, sem que todavia os volumes de pesca deixassem de ser muito oscilantes: entre 1929 e 1930, a diferença foi de 3719 atuns, a

quase desaparecera das de direito da costa de Barlavento; a pesca, muito oscilante, conhecera anos sucessivos de pouca sardinha e biqueirão; muitas fabriquetas, não conseguindo colocar a produção durante a crise económica mundial dos anos 30, fecharam ⁽³⁶⁾; as maiores empresas, financeiramente mais vigorosas, mantinham as fábricas em actividade, para não perderem os respectivos alvarás, mas produzindo a ritmo lento, à espera de melhor conjuntura ⁽³⁷⁾; o subsídio oficial

favor deste último ano, tendo o valor da pesca alcançado então 5421 contos, ou seja 44 p. 100 do valor da sardinha pescada no Algarve durante os quatro meses que formam a temporada do atum. Ver ALBERTO CARLOS APRÁ, *ob. cit.*

⁽³⁶⁾ A crise económica mundial provocara a crise industrial da província: as exportações de conservas diminuíram, pois todos os países procuraram comprar apenas o mínimo necessário, os *stocks* acumulavam-se, imobilizando com eles os capitais industriais, o que forçou muitas fábricas a pararem a sua actividade, deixando sem trabalho, sem salários e sem pão milhares de operários e também milhares de pescadores dos cercos que, pela paralisação das lotas, deixaram de armar. A situação agravou-se pela impossibilidade de emigrar e pela repatriação dos emigrantes portugueses na Europa.

⁽³⁷⁾ O mercado aviltou-se, os industriais vendiam por qualquer preço, agradecendo a compra que se saldava com grandes défices e desencadeando uma verdadeira batalha de preços que a todos arruinava. Desde 1928 que se lutava contra a proliferação do número de empresas industriais de conservas, proibindo-se o estabelecimento de novas fábricas, individuais ou colectivas, bem como o aluguer e subaluguer das existentes e, portanto, a transferência do exercício da indústria, a reabertura dos estabelecimentos fechados durante mais de dois anos e ainda a penetração de capitais estrangeiros e a redução do capital social das empresas, por cedência e transferência parcial. Era a política de remodelação das estruturas de produção, a que se seguiu a de defesa da qualidade. Proibiu-se o fabrico de conservas com peixe de Inverno, pescado durante os quatro meses que vão de Janeiro a Abril; só excepcionalmente as fábricas poderiam trabalhar, para corresponder a pedidos de mercados pouco exigentes da África e da América do Sul, mas com a condição de informarem nos rótulos das latas que se tratava de peixe de Inverno. A criação, em 1932, do Instituto Português de Conservas de Peixe veio permitir o *contrôle* da qualidade, através de certificados de origem e de qualidade, de modo a facilitar a comercialização externa a preços compensadores das melhores marcas e respectivos formatos pela proibição da exportação à consignação. Representa uma importante medida, aliás muito urgente, quando aos efeitos

constituía, em 1933, um apoio modesto à classe operária desempregada durante o Inverno — 5\$ semanais por rapariga, 10\$ por mulher, 20\$ por trabalhador e 25\$ por soldador.

Os movimentos afectam contingentes importantes. Em 1933, A. Parodi recrutou 19 operários italianos para as fábricas Santa Maria e S. Francisco, que deviam chegar em Abril e partir em Agosto, ficando, contudo, por mais alguns meses os encarregados das baterias e três cortadores, para o caso de trabalharem «atum» das Canárias e de Sesimbra. Em compensação, contratara para *Sidi-Daoud* (Cabo Bom), por cinquenta dias, 4 homens de Vila Real, 35 mulheres também de Vila Real, 3 das Hortas e mais 2 de Castro Marim — 30 barrigueiras e 10 estivadeiras. Partiam, num vapor, a 12 ou 13 de Maio, via Marselha, e a 16 deste porto francês para Tunes, e regressavam nos princípios de Julho. Os salários diários em Vila Real eram os seguintes: serralheiro, 20\$; operário de litografia, 12\$ a 18\$. Os homens que iam a Sidi-Daoud ganhavam 25\$ por dia — de sol a sol —, desde a partida até ao regresso, e mais 2\$ por cada hora extraordinária; as mulheres, 13\$ e 15\$, respectivamente. Eram-lhes dados alojamento, com água e luz, assistência médica e medicamentos. A viagem decorria por conta da empresa, que, ao mesmo tempo, fazia o seguro do pessoal contratado e organizava o abastecimento de víveres, fornecidos pela sede de Génova ao preço de custo ⁽³⁸⁾. *As condições salariais eram, com efeito, bastante superiores às oferecidas regionalmente, factor que, mais do que as dificuldades de emprego, é capaz de desencadear migrações de trabalho entre países tanto mais afastados quanto maior for a amplitude daquela diferença.*

da crise mundial se associou a rotura das relações comerciais com a França, em 1933, sendo até então Bordéus o grande mercado das conservas portuguesas de sardinha: em 1931 o País exportara 45 000 t destas conservas, das quais 16 534 t com destino a França; em 1933 a França importou apenas 6347 t, o que corresponde a 38,3 p. 100 do valor daquele ano, aliás já reduzido pela própria conjuntura económica. Ver LUCIEN-GRAUX, *Le Portugal Économique*, Rapport à Monsieur le Ministre du Commerce et de l'Industrie, Paris, 1937, p. 349.

⁽³⁸⁾ Arquivos da Fábrica de Santa Maria, de A. Parodi: correspondência com a sede, de Génova.

O recrutamento em Vila Real filia-se na confiança profissional que oferecia a equipa e certamente também nas suas exigências, menores em relação aos trabalhadores italianos com igual nível de preparação. Notemos que este contingente representa uma minúscula parte do pessoal operário de Vila Real — 1900 inscritos.

Em 1936, no arquivo não organizado de um antigo despachante de alfândega ⁽³⁹⁾, encontramos referência à emigração de:

Homens	Mulheres	Destino	
		Armações e fábricas	Região
40	30	Santi-Petri	Sul de Espanha.
150	140	Tânger	Marrocos.
45	30	Cabo Espartel	Idem.
30	5	Kenitra	Idem.

Em 1937 embarcaram 370 homens e 265 mulheres para aquelas armações e fábricas e, em 1938, 50 homens e 20 mulheres para Punta Negra e 40 homens e 30 mulheres para Santi-Petri; em 1939, 70 homens e 40 mulheres para Port-Lyautey (Kenitra), 50 homens e 20 mulheres para Punta Negra e 40 homens e 10 mulheres para Larache. O pagamento e até os adiantamentos eram feitos em Vila Real, através dos industriais que recebiam das armações marroquinas importantes quantidades de peixe fresco ⁽⁴⁰⁾.

⁽³⁹⁾ Viúva Vasques Azevedo, Martin Navarro e C.^a, L.da, de Vila Real.

⁽⁴⁰⁾ Em 1937, o atum recebido alcançou o valor de 535 contos; em 1938, a fábrica de Santa Maria trabalhou 154 044 kg de atum enviado de Port-Lyautey e a de S. Francisco 31 857 kg; no ano seguinte, a importação destas fábricas foi menor (fraca pesca, dificuldade de transporte em consequência da guerra ou maiores compras em Espanha e no Algarve?).

São referidos os seguintes grupos, para 1940 ⁽⁴¹⁾ (362 homens e 225 mulheres):

Homens	Mulheres	Destino	
		Armações e fábricas	Regiões
22	21	Punta Negra	Marrocos.
30	—	Barbate	Sul de Espanha.
30	40	Santi-Petri	Idem.
80	20	Garifa	Marrocos.
90	20	Cabo Espartel	Idem.
120	60	Larache	Idem.
130	74	Port-Lyautey	Idem.

Neste ano partiram pelo menos 600 pessoas, em grande parte com destino a Marrocos. Os industriais de Vila Real — Parodi, Tenório, Capa, Raul Folque, Ramirez e Cumbreira — declaram, sem reservas, que se trata de mão-de-obra desnecessária à pesca e fábricas nacionais, isto é, às suas próprias indústrias. O presidente da Câmara ⁽⁴²⁾ procurou facilitar a saída a todo o pessoal contratado por um período inferior a 180 dias, mediante a simples apresentação do bilhete de identidade, pois vê nela uma importante solução, embora parcial, da crise económica, já crónica, em que o concelho vivia. As migrações temporárias continuavam, tanto para as armações e fábricas do Consórcio Nacional Almadrabeto como para as da Sociéte Générale de Pêcheries et Conserves au Maroc e as da Madragues Marocaines.

Em 1946, Santi-Petri contrata 27 operários de Vila Real, entre os quais 12 chanqueiros ⁽⁴³⁾; Barbate 6 outros, também de Vila Real; Tânger 130 mulheres e 68 homens — 20 chanqueiros, 16 caldeireiros, 3 fogueiros, 5 tinais, 7 maquinistas e 2 soldados.

⁽⁴¹⁾ Notemos que as empresas de pesca de Marrocos Espanhol estavam integradas no Consórcio Nacional Almadrabeto (C. N. A.), de Espanha.

⁽⁴²⁾ Actas das Sessões da Câmara de Vila Real.

⁽⁴³⁾ Operários especializados no corte do atum. Em 1940 tinham partido para Barbate 13 — 2 descabeçadores, 3 peiteiros, 6 ronqueadores e 4 da tábua —, residentes em Castro Marim, Monte Gordo, S. Bartolomeu e Cacela, além de 33 trabalhadores, e para Garipa 7.

Num outro documento, relativo ao mesmo ano, o encarregado das fábricas de conservas e armações de pesca do atum pertencentes ao Consórcio Nacional Almadrabeto (provincia de Cádiz), à Pesquera del Mediterraneo (Ceuta), à Sociedad General de Pesquerias y Conservas de Marrocos (Tânger) e à Sociedade Marroqui (Larache e Arzila) pretende recrutar 215 homens e 250 mulheres, dos quais 60 homens e 40 mulheres para Espanha, o que confirma a intensidade da procura e o seu carácter essencialmente africano.

A área de recrutamento é-nos dada através dos seguintes exemplos: a fábrica de Port-Lyautey recrutou 50 homens — 30 de Vila Real, 10 de Castro Marim, 4 de Tavira, 4 de Cacela, 1 de Monte Gordo e 1 de Olhão — e 66 mulheres — 22 de Vila Real, 16 de Castro Marim, 11 de Monte Gordo, 10 de Cacela, 4 das Cabanas e 1 da Conceição. As armações das sociedades La Madrague e Madragues Africaines, situadas perto de Port-Lyautey, contrataram 198 pescadores — 69 de Monte Gordo, 38 de Castro Marim, 27 de Cacela, 23 de Santa Luzia, 23 das Cabanas, 6 da Conceição, 4 de Vila Real, 3 de Tavira, 2 de Olhão, 2 da Luz e 1 do Livramento; para a armação do Cabo Espartel seguiram 48 homens, sendo 2 de Vila Real e 46 de Santa Luzia.

Volvidos seis anos, os movimentos persistem. Em 1952, as armações recrutaram:

Cabo Espartel: 51 pescadores — 39 de Santa Luzia, 4 da Luz, 1 de Tavira, 2 das Cabanas, 2 de Cacela, 2 de S. Bartolomeu e 1 de Castro Marim. Os ganhos oscilaram entre 4000 a 5000 pesetas (cada peseta valia cerca de \$90), ou seja 17 a 20 pesetas como jornal fixo.

Port-Lyautey: 128 pescadores — 90 de Santa Luzia, 14 de Cacela, 8 das Cabanas, 8 de Tavira, 2 de Monte Gordo, 2 da Luz, 2 de Castro Marim, 1 de Faro e 1 de Olhão. Os ganhos foram de 2700\$ a 3000\$, o que equivale a 15\$ ou 17\$ por dia, adicionados a prémios variáveis com o total da pesca (fig. 1).

Sidi-Daoud, Anária e Monastir (Cabo Bom, Tunísia): 81 pescadores — 40 para a primeira, 16 para

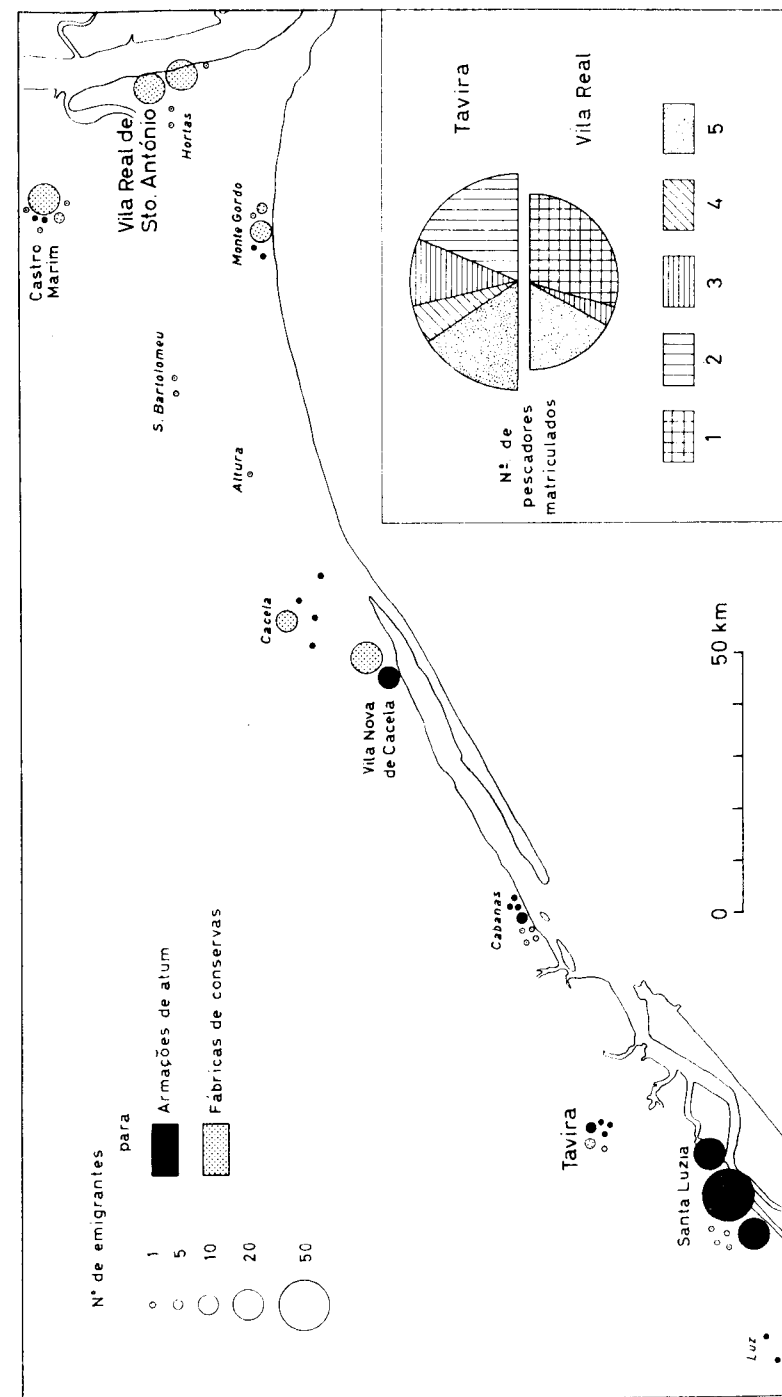


Fig. 1 — Recrutamento regional de trabalhadores sazonais pelas empresas de Port-Lyautey, em 1952. Pescadores: 1 de traineira; 2 de armação; 3 de xávega; 4 de sacada; 5 de outras artes, em 1952.

Anária e 25 para a última. As residências registadas foram: 25 de Vila Real, 17 de Tavira, 2 de Castro Marim, 2 de Olhão e 2 de Estômbar; receberam, pela temporada, entre 3000\$ e 3500\$.

E as fábricas:

Port-Lyautey: 56 homens — 22 de Vila Real, 19 de Castro Marim, 8 de Cacela, 6 de Monte Gordo e 1 de Altura;

85 mulheres — 22 de Cacela, 21 de Vila Real, 10 de Monte Gordo, 9 de Castro Marim, 6 de Tavira, 4 das Cabanas, 4 de Santa Luzia, 2 de Olhão e 2 de S. Bartolomeu.

Tânger: 66 homens — 30 de Vila Real, 16 de Castro Marim, 12 das Hortas, 4 de S. Bartolomeu e 4 de Cacela;

98 mulheres (sendo 36 auxiliares) — 50 de Vila Real, 16 das Hortas, 11 de Castro Marim, 6 de Cacela, 3 de Monte Gordo.

Tunes: 38 homens — 37 de Vila Real e 1 de Castro Marim;

57 mulheres — 28 de Vila Real, 9 de Monte Gordo, 9 de Cacela, 3 de Altura.

Correspondem a um simples prolongamento das migrações esboçadas vinte anos antes pela firma A. Parodi. Os salários masculinos, do período de 15 de Abril a 21 de Julho (98 dias de trabalho), foram: 2 de 8960\$, 2 de 4265\$, 1 de 3145\$ e os restantes de 2585\$; os das mulheres, todos de 1344\$.

Marcado o embarque, o largo em frente da Alfândega de Vila Real parecia lugar de feira, onde uma multidão (mulheres, homens e muitas crianças), com enxergas, cobertores, sacos, baús, aguardava o barco que os conduziria a Aiamonte ou ao Norte de África. O alojamento sumário era feito em armazéns ou em casas das empresas, com equipamentos muito variáveis; por vezes, a alimentação era também fornecida gratuitamente pelas mesmas.

Aquela imagem ocasional da vila foi-se repetindo nos anos seguintes: em 1954 seguiram 126 pessoas, num navio português, saído de Vila Real com destino a Port-Lyautey; em 1955 inscreveram-se 131 para um contrato idêntico, tendo seguido apenas 98, em dois barcos de Marrocos Francês; em 1956 partiram 125; em 1957 e 1958, 97⁽⁴¹⁾; em 1960 embarcaram para Kenitra 61 pescadores de Santa Luzia, 13 de Tavira, 5 da Luz, 2 da Conceição, 11 das Cabanas, 17 de Cacela, 9 de Monte Gordo, 3 de S. Bartolomeu, 3 da Altura e 1 de Castro Marim, ou seja, 125 da região de Tavira e Vila Real, aos quais se juntaram 2 de Olhão, 1 de Faro e 2 de Lagoa; e ainda outros — 44 de Santa Luzia, 3 de Monte Gordo, 4 das Cabanas, 2 de Cacela, 3 de Tavira, 1 de Castro Marim, 1 da Luz e 1 de Olhão.

As condições de contrato oferecidas por Marrocos eram atractivas: o dia de trabalho corresponde a 8 horas em terra ou 10 no mar; os salários diários, bastante homogêneos, vão desde 600 francos (cerca de 31\$) para os remadores até 615 francos (cerca de 32\$) para os patrões dos barcos e abrangem todos os domingos e feriados que a armação estiver lançada; as 2 primeiras horas suplementares serão pagas com um acréscimo de 25 p. 100 e a partir da terceira com 40 p. 100; teriam ainda parte no atum pescado — 1000 francos por cada 1000 atuns, 70 francos por cada milhar de sardas, 50 por bonitos grandes, 40 por bonitos pequenos, 35 por melvas, além de 12 p. 100 da venda do peixe miúdo. A campanha de pesca durava 100 a 120 dias, oferecendo, por conseguinte, certa continuidade aos salários. Estes eram acrescentados com um quilograma de peixe fresco (melvas, bonitos ou sardas) por cada dia de pesca, ou o seu equivalente em dinheiro, no valor aproximado de 5\$. Gozavam de direito a férias, proporcional aos dias de trabalho e na razão de 15 por ano, e também de assistência médica e farmacêutica; quando doentes, continuavam a receber 50 p. 100 do salário de base até ao último dia de trabalho do grupo. As despesas para obtenção dos documentos e viagem eram pagas pela empresa.

No ano anterior, os pescadores recrutados pelas armações de Kenitra, da sociedade Les Madragues Marocaines — 70 de

(41) Arquivos da Capitania do Porto de Vila Real.

Santa Luzia, 9 de Monte Gordo, 6 de Tavira, 3 de Cabanas, 2 de Vila Real, 1 de Castro Marim, 1 de Cacela, 1 de S. Bartolomeu, 1 da Luz e 1 de Faro (total 95) —, tinham usufruído os seguintes salários: 27\$ a 29\$ por dia e 90\$ por milhar de atuns, 10\$ de sardas, 5\$ de bonitos e 1\$ de melvas; a alimentação era fornecida gratuitamente e completada com um auxílio de 500 francos semanais; os domingos e feriados eram pagos a dobrar e as viagens e documentação eram asseguradas também pela sociedade.

Neste ano, a Société Générale de P cheries et Conserves au Maroc contratou 94 pescadores estrangeiros, entre os quais 54 espanhóis e 16 portugueses, de Santa Luzia; as horas extraordinárias não são contadas, mas a alimenta o   gratuita e os domingos e feriados são pagos com mais 100 p. 100 dos s lrios, que entretanto v o subindo ...; por 139 dias de trabalho, de 16 de Março a 1 de Agosto, receberam 6250\$, ou seja uma média diária de quase 45\$.

Os pescadores são na maior parte de Santa Luzia e de Tavira, como se confirma em 1958. A sociedade Les Madragues Marocaines empregou 57 de Santa Luzia, 17 de Tavira, 9 da Luz, 5 das Cabanas e apenas 2 de Cacela, 6 de Monte Gordo, 1 de Castro Marim, 1 da Altura, 1 de S. Bartolomeu e 1 de Faro. Da região de Vila Real, só de Monte Gordo saíam ainda alguns pescadores, e quase sempre com destino   Tunísia, recrutados pela Société Anonyme de Pêche et Conserves de Monastir «Mazria» ou pela firma Les Madragues Tunisiennes, com arma es em Sidi-Daoud, Ras al Almar e Kuriat, no Cabo Bom. Quinze anos antes, o recrutamento regional mantinha aproximadamente o mesmo carácter: a arma o do Cabo Espartel recrutara 42 pescadores de Santa Luzia, num total de 47; a de Punta Negra, 36 de Santa Luzia e 1 de Vila Real; a de Garifa, todavia, empregava 24 de Monte Gordo e apenas 7 de Santa Luzia, 6 de Vila Real, 5 de Cacela e 3 de Castro Marim.

O pessoal das fábricas continuava a ser todo da região de Vila Real: na de Cabo Espartel trabalhavam, em 1958, 31 homens de Vila Real, 2 de Castro Marim e 1 de Tavira e 20 mulheres de Vila Real; na de Santi-Petri, 17 homens de Vila Real, 2 de Cacela e 1 de Castro Marim e 14 mulheres

de Vila Real, e na de Arzila, de Marrocos Espanhol, pertencía da Sociedade Marroqui S. A., 3 homens de Vila Real.

Há ainda outro facto a salientar: *nas arma es do Norte de África, os técnicos eram espanhóis* ⁽⁴⁵⁾ (mandadores, pre-guiceiros, mestres dos barcos), *enquanto nas fábricas de conserva eram portuguesas* (mestre, cortadores e cozedores), n  obstante ser-nos completamente impossível precisar o volume dos contingentes anuais e as suas rela es respectivas, dada a grande dispersão das fontes.

As migra es para Espanha quase desapareceram com a guerra civil, logo entre 1936 e 1939: dificultadas durante esta, foram depois contrariadas pelo nível dos s lrios e os baixos câmbios da peseta. *Marrocos e a Tunísia continuavam a recrutar mão-de-obra no Sotavento algarvio*: em 1960, no Cabo Espartel, trabalharam 15 homens e 7 mulheres; na arma o de Kenitra, em 1961, 18 homens, dos quais 17 como pessoal madragueiro — 5 de Santa Luzia, 9 de Tavira, 2 de Olhão, 1 de Castro Marim e 1 de Vila Real —, em 1962, 17 marítimos, todos de Santa Luzia, e em 1963, 14 também de Santa Luzia. Em 1962, a fábrica de conservas de atum de Kenitra, da sociedade Les Conserveries de Sebou ⁽⁴⁶⁾, e a de Hehdia, da sociedade Les Madragues Marocaines, filial da Société des P cheries et des Conserveries du Sud-Marocain e da Société Générale des P cheries, de capitais espanhóis, franceses e marroquinos, por a mão-de-obra local não estar preparada para o trabalho de corte de postas e prepara o do atum, empregavam ainda muitos portugueses — 6 homens e 47 mulheres e 10 homens marroquinos e uma quarentena de mulheres, até mesmo uma centena em período de ponta ⁽⁴⁷⁾, na última.

⁽⁴⁵⁾ O que explica a homogeneidade dos s lrios dos pescadores portugueses emigrantes, nunca contratados como mão-de-obra especializada.

⁽⁴⁶⁾ Notemos que estas fábricas procuravam vencer o carácter estacional da actividade de conservas de atum, alimentada com peixe apanhado nas arma es, associando a conserva o de legumes. A vizinhança de regiões agrícolas bastante ricas, onde a coloniza o se fez fortemente sentir — de Fez a Larache, Kenitra, Rabat e Casablanca — permitiu o abastecimento e facilitou a iniciativa.

⁽⁴⁷⁾ JEAN LE COZ, «Le Rharb, Fellahs et colons», * tude de Géographie Régionale*, 1964.

Qual a sua proveniência? Dos 6 chanqueiros, 5 viviam em Castro Marim e 1 em Vila Real, e das 50 mulheres, 18 em Monte Gordo, 14 em Vila Real, 12 em Castro Marim, 3 em S. Bartolomeu, 2 em Tavira e 1 em Cacela; no ano seguinte, os números correspondentes foram: 4 chanqueiros, residentes em Castro Marim, e 49 mulheres — 15 de Monte Gordo, 13 de Castro Marim, 9 de Vila Real, 3 de Cacela, 2 de S. Bartolomeu, 2 de Altura, 2 de Tavira, 1 das Cabanas e 2 de Olhão; em 1964 e 1965 partiram ainda cerca de 40 a 50 mulheres. Na fábrica de Tânger, em 1963, trabalharam 1 chanqueiro e 30 mulheres algarvias.

Sidi-Daoud continuava a atrair também a classe operária regional: em 1961, 1 homem de Vila Real e 16 mulheres — 7 de Vila Real, 3 de Castro Marim, 3 de Cacela e 2 outras, naturais de Olhão e Mértola, mas residentes em Vila Real. Os ganhos femininos, de 25 de Abril a 27 de Setembro, foram de 5317\$, o que equivale a cerca de 1300\$ por mês. Lembremos que as operárias de Vila Real só excepcionalmente conseguem elevar o seu salário mensal a 1000\$, oscilando a mediana em torno de 500\$, com diárias próximas de 20\$.

Notamos, através destas referências esparsas, algumas modificações nos lugares de residência dos migrantes. Em 1952 ainda partiam trabalhadores de Vila Real, embora em pequeno número e com preferência pela Tunísia, mas o surto da pesca industrial do porto do Guadiana, traduzido pelo aumento considerável do número de traineiras da *Lusofabril*, permitiu o emprego local de muitos deles. A região de Tavira, não se tendo equipado para a grande pesca da sardinha⁽⁴⁸⁾ e seguindo com inércia a decadência das armações de atum, alimenta cada vez mais exclusivamente este fluxo migratório. Aliás, só em 1965 a Companhia Balsense, com sede nesta cidade, comprou a primeira traineira, que todavia nunca se matriculou neste porto e frequenta assiduamente as lotas de Olhão e de Vila Real. As xávegas desapareceram, como por toda a costa, ficando a frota pesqueira limitada a barcos e

(48) Em 1952 matricularam-se na Capitania do Porto de Tavira 1113 pescadores, sendo 417 das armações de atum, 234 de sacada, 120 de xávega, 54 de traineira e 51 de anzol, e na de Vila Real 885 pescadores, dos quais 516 de traineira e 63 de xávega. Em 1965, os números totais foram 684 e 661, sendo 29 e 300 os de traineira, respectivamente.

botes que apoiam a pesca com tresmalhos, sacadas e alca-truzes de caça ao polvo, base da pequena fortuna dos pescadores de Santa Luzia. As duas fábricas de conservas de Tavira — a Tavirense e a Balsense — abastecem-se não na lota da cidade, mas noutras mais frequentadas, sobretudo em Olhão e Vila Real. A recente reabertura da barra e as dragagens do Gilão apenas tiveram reflexos na venda do atum que as duas armações, lançadas anualmente na costa vizinha, podem, por acaso, apanhar. Mas é uma lota alimentada como que por lotaria, não se justificando o transporte marítimo do peixe à de Vila Real, quando o telefone e os automóveis garantem o afluxo e a presença dos industriais-compradores mais interessados e os camiões asseguram rapidamente o transporte por terra.

No que diz respeito ao operariado das fábricas de conservas de atum, o peso crescente que tomam Castro Marim, Hortas, Monte Gordo e área interior da freguesia de Cacela liga-se ao próprio alargamento do perímetro dos domicílios da mão-de-obra eventual das fábricas de Vila Real. O acelerado aumento das rendas das casas da vila, reflexo da escassez destas, dada a dificuldade de construir por falta de um plano de urbanização que levou décadas a ser aprovado, a grande procura estival⁽⁴⁹⁾ e a organização de transportes colectivos frequentes — carrinhas e, sobretudo, camionetas —, por vezes completados pelas próprias empresas, alargaram até Cacela, Coutada e Montinho, a oeste e noroeste, e para lá de Castro Marim, ao Monte Francisco, à Junqueira e ao Azinhal, o recrutamento do respectivo operariado, num raio aproximado de 12 km. Como a diversificação geográfica da indústria de conservas de atum no Algarve, verificada durante a segunda guerra, favoreceu Olhão e Portimão mas não Tavira, não surpreende que a população desta cidade, de Santa Luzia e das Cabanas continue a não figurar na emigração estacional de operários.

Todavia, a conjuntura marroquina também se modificou. As condições favoráveis do mercado de conservas alimentares

(49) Vila Real aloja, durante o Verão, uma clientela nacional numerosa, mas pouco abastada, que frequenta a vizinha praia de Monte Gordo.

da década de 40 levou muitos empresários optimistas a desenvolverem em grande escala as indústrias de pesca e suas derivadas — conservas, farinhas e óleos de peixe —, particularmente no Sul, em Safi e Agadir. A pesca desembarcada nos portos de Marrocos continuou a aumentar, alcançando 161 000 t em 1958 e 296 000 t em 1966. Destas, 93 p. 100 destinam-se à indústria, correspondendo 85 p. 100 a sardinhas.

No entanto, as sete armações de atum de Marrocos — seis entre Tânger e Larache e uma em Agadir — pescaram em 1966 apenas 3000 t de peixe, sendo 2100 t de atuns e bonitos, que alimentaram as fábricas de Tânger, Larache e Kenitra (Mehdia). Também nestas costas o atum vai rareando: a pesca costeira tornou-se cada vez menos rentável e as armações são progressivamente abandonadas. A pesca do alto, com atuneiros equipados de instalações frigoríficas, apenas começa. As fábricas de conservas de atum ressentiram-se da escassez da matéria-prima de base e, com produções incertas, vão lutando contra a crise de abastecimento. Com efeito, a produção desceu de 4684 t em 1960, 5710 t em 1961 e 6225 t em 1962 a 3867 t em 1963 e 3970 t em 1964. Em 1966 estavam em actividade apenas 2 fábricas de conservas de peixe em Tânger, 3 em Larache e 2 em Kenitra, empregando 54, 486 e 92 operários, respectivamente ⁽⁵⁰⁾.

Não nos admira, portanto, que as migrações de algarvios para a pesca e fábricas de conservas de atum de Marrocos tendessem a acabar por completo. 1965 corresponde ao último ano em que se registaram. Hoje são apenas recordação de um tempo em que o trabalho, as economias e os câmbios permitiram a muitos marítimos e operários eventuais amealhar um pé-de-meia e construir, aos poucos, uma pequena casa, sonho utópico nos nossos dias, quando tudo tem de ser comprado caro, até os metros quadrados de areia solta, à beira da laguna (Santa Luzia) ou no Sertão (bairro marginal de Monte Gordo).

Entretanto organizou-se um *novo movimento, mais aleatório e que envolve muito menos gente*: liga-se ao estabelecimento de fábricas de conservas de atum, da COFACO, nos

⁽⁵⁰⁾ G. BEAUDET, «La Pêche maritime et le traitement industriel du poisson au Maroc», *Revue de Géographie du Maroc*, n.º 13, 1968

Açores — Pico e São Miguel. Com efeito, como este peixe desapareceu quase por completo das armações de Tavira e Faro, a empresa, procurando não perder o mercado das respectivas marcas, instalou novas fábricas junto dos lugares de pesca activa, onde a matéria-prima não deveria faltar no imediato. E como as conservas de atum de qualidade requerem operários com adequada formação profissional, estes logicamente seriam fornecidos por Vila Real, o mais antigo e durante décadas o único centro industrial português deste ramo. Para os Açores saíram, nestes últimos anos, 10 a 20 homens e 40 a 50 mulheres, levando até às ilhas a sua arte, a sua técnica e todo o seu saber, que vão transmitindo aos operários locais, tal como fizeram há quase um século os migrantes italianos em Vila Real, e anos depois os discípulos destes em Espanha ou na África do Norte.

No outro sector profissional, o dos pescadores de armações, registou-se entretanto uma certa polarização para a do Cabo. Em 1914, esta recrutou a sua mão-de-obra nas seguintes regiões: 1 em Lagos, 26 em Portimão, 27 em Albufeira, 7 em Faro e 7 em Tavira. Quarenta anos depois (1955) contam-se 38 de Armação de Pêra, 8 de Albufeira, 6 de Quarteira, 66 de Faro, 3 de Fuzeta e 12 de Tavira e Santa Luzia e, em 1963, último ano de actividade, 40 foram recrutados em Portimão, 23 em Albufeira, 11 em Quarteira, 44 em Faro, 9 em Olhão, 4 na Fuzeta e 37 em Tavira.

Paralelamente, desenvolveram-se por todo o litoral metropolitano novas migrações sazonais de pescadores: contingentes numerosos abandonaram as artes tradicionais e seguem com destino ao Mar do Norte, onde irão pescar arenques. As viagens fazem-se não por mar, mas sim em camionetas contratadas com esse fim, a estada é mais longa — da Primavera a Dezembro —, as mulheres ficam quase sempre na terra, cuidando da casa e dos filhos, e as economias, decorrentes uma vez mais dos salários e dos câmbios, permitem a remodelação das habitações e a elevação do seu nível de vida. O novo movimento é, sem dúvida, geral, mas mais vivo e proporcionalmente mais importante nos núcleos não equipados com traineiras, como, por exemplo, em Quarteira, Albufeira e Armação de Pêra — aglomerações ainda de pescadores, com aparência de desafio económico, mas com as artes meio

abandonadas na praia ... imagem paradoxal cuja explicação se encontra justamente na transferência dos lucros de uma actividade marítima distante realizada sob a direcção de empresas estrangeiras. Todavia, os marítimos de Monte Gordo ainda recusam partir, o que não impede que no Verão de 1970 duas traineiras de Vila Real tenham desarmado por não possuírem a tripulação mínima; alguns pescadores saíram para França, acompanhando os vizinhos da Vila e do Campo.

CARMINDA CAVACO

RÉSUMÉ

Migrations internationales de travailleurs de l'Algarve orientale.

Comme l'ensemble de la province, la moitié orientale de l'Algarve (le Sotavento ou région sous le vent) a fourni de nombreux migrants saisonniers au cours des derniers siècles. Mais il s'agissait d'une migration de pêcheurs et d'ouvriers d'usines de conserves, dirigée vers l'Espagne et vers l'Afrique du Nord. En effet, les diverses techniques de pêche n'ont été adoptées et ne se sont développées que lentement en Algarve tandis que la main-d'œuvre y était abondante. Au contraire, celle-ci manquait dans les nouveaux lieux de pêche et de conserveries, presque tous situés sur des littoraux peu peuplés. Ces migrations ont été stimulées par l'offre de salaires relativement élevés, par un change favorable et la possibilité de pratiquer une certaine contrebande individuelle, par un gain garanti pendant toute la durée du contrat et par un recrutement bien organisé, les représentants de la firme allant chercher à domicile les travailleurs et effectuant pour eux toutes les démarches nécessaires.

Les variations du contingent d'émigrants reflètent les inégalités du développement de l'industrie de la pêche et des conserves dans les pays de départ et d'arrivée, ainsi que les variations des barrières douanières concernant les importations et exportations de poisson frais et salé. C'est ainsi que vers la fin du XVIII^e siècle, de nombreux pêcheurs du Sotavento émigrèrent en Espagne, d'abord parce que ce pays interdit l'entrée du poisson d'origine portugaise, ensuite parce qu'un nouveau système d'impôts fit périlcliter au Portugal le commerce de poisson frais et salé, alors destiné surtout à l'Espagne. La pêche ne se développa ensuite que lentement en Algarve jusqu'à l'implantation récente d'usines de conserves en boîtes, dues à des initiatives italiennes (thon), grecques (thon et divers) et françaises (sardines).

Cependant, le développement de la pêche qui en résulta ne parvint pas à occuper tous les pêcheurs d'Algarve, pas plus que les usines ne suffisaient à employer une main-d'œuvre potentielle en rapide accroissement. Les migrations vers l'Espagne se maintinrent régulièrement jusqu'à la guerre civile. À partir de 1880, elles englobèrent, outre des

pêcheurs, beaucoup d'hommes et de femmes employés dans les usines de conserve créées par les Italiens à proximité des madragues, loin des centres de peuplement. Lors de la première guerre mondiale qui provoqua un élargissement du marché des conserves en boîtes, la pêche au thon en Afrique du Nord se développa à l'aide de capitaux et de main-d'œuvre essentiellement ibériques. Après la guerre, quand le ravitaillement local des usines implantées dans la Péninsule Ibérique devint difficile en raison du déclin souffert par la pêche au thon, les entrepreneurs italiens, espagnols et portugais, associés ou non à des français, installèrent quelques usines en Afrique du Nord. Les chefs d'atelier, contremaîtres et ouvriers furent recrutés principalement dans le Sotavento. C'est la même région qui fournit le personnel des usines de conserves de thon établies par A. Parodi en Tunisie et aux Canaries. Les migrations vers l'Afrique du Nord se maintinrent jusqu'à l'indépendance de la Tunisie et du Maroc, au moment où la pêche au thon en madragues était d'ailleurs déjà en net déclin.

Ce sont les économies réalisées par les travailleurs au cours de ces migrations saisonnières lointaines en Espagne et en Afrique du Nord qui expliquent l'aspect actuel de certaines agglomérations qui grandirent alors et se modernisèrent. C'est le cas de Monte Gordo et de Santa Luzia d'où partaient beaucoup de pêcheurs ainsi que de la périphérie de Vila Real où vivaient les familles des ouvriers d'usines de conserves. Cette influence se note aussi, bien que plus faiblement, dans les villages proches de ce bourg, atteints par le recrutement de ses propres usines où les ouvriers firent leur apprentissage avant d'aller gagner davantage dans les usines marocaines.

Au cours des dix dernières années, on observe seulement le maintien de quelques départs vers le Maroc (Cap Spartel, Kenitra) et la Tunisie (Sidi-Daoud) et la migration de quelques ouvriers vers les usines de conserves de thon de la Cofaco situées aux Açores. Mais, en 1970, les derniers vestiges de ces migrations ont complètement disparu, sans que cependant l'émigration vers l'Angola, la France ou l'Allemagne affecte sensiblement les populations maritimes de Santa Luzia, Tavira, Cabanas, Monte Gordo et Vila Real. Ce qui ne veut pas dire qu'elle y soit inexistante, ni qu'elle ne doive pas venir à s'y développer avec l'intensité qu'elle présente déjà à Quarteira, Albufeira et Armação de Pêra.

SUMMARY

International migration of workers from the eastern Algarve.
In common with the whole of the province, the eastern half of the Algarve (the Sotavento, or region facing the wind) has provided numerous seasonal migrants in the course of the last few centuries. But it was a migration of fishermen and workers in canning factories, making for Spain and North Africa. In fact new fishing techniques have been adopted and developed at a very slow rate in the Algarve

whilst labour was plentiful in this zone. On the other hand, there existed a shortage of labour in the new areas of fishing and canning exploitation, almost all of which were located in sparsely populated coastal areas. Such migrations have been stimulated by the offer of relatively high wages, a favourable exchange rate, the possibility of engaging in a sort of individual smuggling, guaranteed earnings for the duration of the contract and a well organised recruiting campaign-representatives of the firm seeking out the workers in their homes and undertaking all the necessary steps on their behalf.

Variations in the number of emigrants reflect the inequalities in development of the fishing and canning industry in the countries of origine and destination, as well as the variations in customs barriers relating to the import and export of fresh and salted fish. Thus it transpired that towards the close of the XVIIIth Century, large numbers of fishermen from Sotavento emigrated to Spain, firstly because this country prohibited entry of fish from Portugal and secondly because a new system of taxation jeopardized the trade in fresh and salted fish, at that time intended, above all, for the Spanish market. Thus fishing developed very slowly in the Algarve until the recent implantation of canning factories, due to the initiative of Italians (Tuna), Greeks (Tuna and other fish), and French (Sardines).

However, the resultant development of the fishing industry did not manage to absorb all the fishermen of the Algarve, in so far as factories were unable to employ such a rapidly growing labour force. Migratory currents to Spain were regularly maintained until the Civil War. From 1880, in addition to fishermen, they included many men and women employed in the canning industries created by the Italians near the mandragues, but far from the populated centres. With the outbreak of the First World War, which sparked off an expansion in the market of canned foods, Tuna fishing in North Africa was developed, with the aid of capital and labour of largely Iberian origine. Following the war, when local provisioning of factories set up in the Iberian Peninsula became developed, in view of the decline in the Tuna industry, Italian, Spanish and Portuguese entrepreneurs, either associated or otherwise with the French, set up a few factories in North Africa. The works manager, foreman and workers were, in the main, recruited from the Sotavento area. It is this same region which provided personnel for the Tuna canning factories established by A. Parodi in Tunisia and the Canary Islands. Emigration to North Africa was maintained until the Independence of Tunisia and Morocco, at a time when, in addition, Tuna fishing in mandragues was already in an obvious state of decline.

It was the savings put aside by workers during the course of far-off seasonal migration in Spain and North Africa which explain the present day existence of many of the villages which, at that time, increased in size and assumed a more modern appearance. Such is the case of Monte Gordo and Santa Luzia, which suffered the departure of a large number of fishermen: this phenomenon was also

felt on the outskirts of Vila Real, where the familiar canning factory workers resided. This same influence is also prevalent, though to a lesser degree, in the villages close by this small town, hit by the recruitment from its own factories, where the workers underwent their apprenticeships, prior to earning a better wage in Moroccan factories.

During the last decade, one sees no more than a handful of departures to Morocco (Cap Spartel, Kenitra) and Tunisia (Sidi-Daoud) and the migration of a few workers to the Tuna canning factory of the Cofaco in the Azores.

But, by 1970, the last vestiges of such migrations had disappeared, without emigration to Angola, France or Germany having appreciably affected the maritime population of Santa Luzia, Tavira, Cabanas, Monte Gordo and Vila Real. But this does not mean it is non-existent, nor that it will not eventually be developed there with the same intensity already witnessed in Quarteira, Albufeira and Armação de Pêra.